

Relatório sobre o bloqueio 2007

Índice:

1. Introdução
2. Aplicação do Plano Bush para a anexação de Cuba. Recrudescimento do bloqueio por parte dos Estados Unidos.
3. Afetações aos diversos setores da economia e da sociedade cubana. A Extraterritorialidade na política do bloqueio.
4. A Seção 211 da Lei de Ônibus de Verbas Consolidadas Suplementares e de Emergência dos Estados Unidos de 1999 e as novas agressões no tema das marcas.
5. Afetações ao povo estadunidense e a outros povos do mundo. Extensão do bloqueio aos organismos internacionais.
6. Conclusões.

1. Introdução

Num documento desclassificado no ano 1991, conheceu-se que no dia 6 de abril de 1960, um ano antes da invasão organizada pelos Estados Unidos contra Cuba, o então Subsecretário de Estado Adjunto para os Assuntos Interamericanos, Sr. Lester Dewitt

Mallory escreveu o seguinte num memorando discutido numa reunião chefiada pelo Presidente dos Estados Unidos: "Não existe uma oposição política efetiva em Cuba; por tanto, o único meio previsível que temos hoje para alienar o apoio interno à Revolução e através do desencantamento e do desânimo, baseados na insatisfação e nas dificuldades econômicas. Deve utilizar-se sem demora qualquer meio concebível para debilitar a vida econômica de Cuba. Negar-lhe dinheiro e fornecimentos a Cuba para diminuir os salários reais e monetários visando causar a fome, o desespero e o derrubamento do governo".

Ainda hoje, 47 anos após ter sido escrita esta sentença, a política do governo norte-americano continua tendo o intuito de "causar a fome, o desespero e o derrubamento do governo" em Cuba visando o retorno de Cuba à situação neocolonial na qual manteve o país durante mais de meio século.

Sob essa política nasceram e têm vivido as duas terceiras partes da população cubana. Os cubanos têm padecido, sobrevivido e desenvolvem-se nas condições particularmente difíceis que lhes impõe a única superpotência, que procura o aniquilamento da resistência e do exemplo de dignidade e soberania da nação cubana.

Após a aprovação da última resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas solicitando pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba adotada por esmagadora maioria de votos dos Estados membros no dia 8 de novembro de 2006, e apesar da existência de outras quatorze resoluções anteriores que incluem essa justa reivindicação, o Governo dos Estados Unidos intensificou as suas ações contra o povo cubano.

Contra a vontade expressa da comunidade internacional, as autoridades de Washington adotaram novas sanções econômicas; intensificaram a perseguição contra a atividade das empresas e das transações financeiras internacionais de Cuba, incluídas aquelas encaminhadas à realização de pagamentos aos organismos das Nações Unidas; roubaram as marcas comerciais e novas cifras milionárias dos fundos cubanos congelados nos Estados Unidos; adotaram maiores represálias contra os que comerciam com a Ilha ou vinculam-se a ela a partir de intercâmbios de natureza cultural ou turística; aplicaram maiores pressões sobre os seus aliados para forçá-los a subordinar as relações com Cuba aos objetivos de "mudança de regime" que norteiam a política de hostilidade dos Estados Unidos e impuseram uma escalada sem precedentes no apoio financeiro e material às ações que visam o derrubamento da ordem constitucional cubana.

Tudo o supracitado foi facilitado pela estrita aplicação do Plano do Presidente Bush para a recolonização de Cuba e das medidas contidas em sua atualização no dia 10 de julho de 2006, nas quais se inclui um parágrafo secreto de ações encobertas.

Visando propiciar a internacionalização de sua ilegal política anticubana, o pretendido procônsul estadunidense para a recolonização de Cuba, o Sr. Caleb

McCarry, esteve fazendo lobby intensamente em várias capitais procurando apoio para a internacionalização do bloqueio contra o nosso país.

O governo norte-americano também intensificou as suas tentativas para fomentar a subversão em Cuba com aqueles dispostos a vender seus serviços em troca de uma parte dos mais de 80 milhões de dólares estadunidenses aprovados em Washington para esses fins.

O objetivo final é simplesmente privar o povo cubano de sua soberania e do exercício de seu direito à livre determinação.

A guerra econômica tem sido uma constante na política dos Estados Unidos para Cuba durante quase cinco décadas. No entanto, nenhum outro Governo chegou aos extremos demenciais de agressividade do Governo do Presidente George W. Bush.

Nos capítulos do presente relatório, se sintetizam as afetações registradas como resultado do bloqueio no período compreendido entre o segundo semestre do ano 2006 e no primeiro de 2007, destacam-se as ações realizadas pelo Governo dos Estados Unidos com o intuito de recrudescer essa política genocida e se identificam alguns casos que corroboram o aprofundamento de sua dimensão extraterritorial.

Como Cuba denunciou e demonstrou em múltiplos foros internacionais, o bloqueio dos Estados Unidos qualifica como um **ato de genocídio**, em virtude da alínea (c) do artigo II da Convenção de Genebra para a Prevenção e a Sanção do Delito de Genocídio de 1948 e, um ato de guerra econômica, de acordo com o estabelecido na Conferência Naval de Londres de 1909.

Ao supracitado acrescenta-se o terrorismo de estado, desenvolvido de forma sistemática e desumana por parte do governo dos Estados Unidos contra a população cubana como parte integrante desta política de hostilidade, bloqueio e agressão, que tem custado ao povo cubano mais de 3,000 vidas.

2. Aplicação do Plano Bush para a recolonização de Cuba. Recrudescimento do bloqueio por parte dos Estados Unidos.

No dia 6 de maio de 2004 o Presidente George Bush aprovou o Plano que lhe foi apresentado pela Comissão criada por ele e que visa acelerar a destruição da ordem constitucional decidida pelo povo cubano e com isso facilitar o objetivo imperialista de recolonizar Cuba (doravante denominado Plano Bush).

No dia 10 de julho de 2006 o referido Plano foi revisado e alargado com medidas adicionais encaminhadas ao recrudesimento do bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba.

No período compreendido entre a última revisão do Plano Bush e junho do presente ano, registraram-se numerosas ações que corroboram o agravamento das medidas punitivas do bloqueio contra Cuba. Entre elas podemos citar:

- No dia 28 de julho de 2006 o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, incluiu na lista de “Nacionais Especialmente Nomeados” ao Banco “Netherland Caribbean Bank”, que tem um escritório em Cuba e outro em Antilhas Holandesas. A OFAC não publicou os motivos de sua decisão. Logo foram aplicadas as regulamentações do bloqueio contra este banco, incluídos o congelamento das contas que poderia ter nos Estados Unidos e a proibição de qualquer transação de cidadãos e entidades norte-americanas com o mesmo.
- No dia 5 de agosto de 2006 visando intensificar a promoção da subversão interna e, de conformidade com um dos objetivos fundamentais do plano Bush para a recolonização de Cuba, iniciaram-se as transmissões diárias de "TV Martí" desde um novo avião tipo G-1, que opera de segunda-feira até sexta-feira, desde as 18h às 23h. Uma vez por semana continua voando o avião militar EC-130J do Pentágono. O Escritório de Transmissões para Cuba (OCB) empregou 10 milhões de dólares para estimular este projeto. Além disso, a OCB alugou no mês de dezembro desse mesmo ano um espaço durante 6 meses em duas emissoras de Miami por um montante de 377 mil e 500 dólares para transmitir Rádio e TV "Martí". Elas são: a estação de televisão WPMF-38, propriedade da TVC Broadcasting, que retransmite programação de Azteca América, e Rádio Mambí WAQI 710AM da Cadeia Univisión. Para implementar essas ações, o Governo dos Estados Unidos alocou aproximadamente 37 milhões de dólares, embora seja conhecido que outras verbas adicionais foram alocadas de maneira encoberta para esse fim.
- No dia 8 de agosto de 2006, a OFAC informou que a Companhia Dresser-Rando Group Inc. dedicada à produção de turbinas e compressores para a indústria mineira foi multada com um montante de 171 mil 305 dólares por exportar bens e serviços para Cuba sem licença.
- No dia 11 de agosto de 2006, a OFAC emitiu um comunicado para advertir às entidades autorizadas a enviarem remessas para Cuba, bem como às pessoas sob a jurisdição dos Estados Unidos, que a entrega em CUC (moeda convertível cubana) das verbas transferidas aos destinatários em Cuba, constitui uma violação das disposições do bloqueio e quem não as cumpra serão sancionados com multas, a suspensão ou perda da licença de operações ou outras penalidades. Nesse comunicado, a OFAC lembrou que, de acordo com a sua Circular 2006, publicada no mês de março, as remessas para Cuba só podem ser entregues em dólares estadunidenses, dólares canadenses, libras esterlinas, francos suíços ou euros.

- No dia 11 de agosto de 2006 a OFAC informou que a organização U.S.-Labor Exchange foi multada por um montante de 13 mil 950 dólares por oferecer serviços de viagem a Cuba sem licença. Esta organização não é uma agência de viagem. O seu objetivo é promover o intercâmbio entre os trabalhadores de ambos os países.
- No dia 14 de agosto de 2006 o Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos informou que o Departamento do Tesouro lhe impôs uma multa à Aliança de Igrejas Batistas por um montante de 34 mil dólares, aduzindo que alguns de seus membros e fregueses de outras igrejas “fizeram turismo” durante uma visita a Cuba com fins religiosos.
- Também no mês de agosto de 2006, a OFAC reteve os pagamentos por conceito de fretes à companhia armadora norte-americana San Juan Navigator, o que causou interrupções nas saídas de dois navios com alimentos para Cuba. A liberação dos pagamentos foi condicionada a que se confirmasse que as verbas não procediam do Netherland Caribbean Bank, incluído na “Lista de Nacionais Especialmente Nomeados” da OFAC.
- No mês de setembro desse próprio ano, a OFAC estabeleceu uma nova restrição para o outorgamento de licenças para atividades acadêmicas em Cuba, ao exigir às universidades norte-americanas que os estudantes não podem viajar ao nosso país para realizar trabalhos de pesquisa relacionados com um curso específico. Só poderão viajar para elaborar a tese de mestrado, doutorado ou documentos semelhantes. Esta limitação, que não aparece explicitamente recolhida nas regulamentações do bloqueio, será incorporada nas novas licenças que no futuro sejam emitidas às instituições acadêmicas.
- No dia 10 de outubro de 2006, o Escritório do Procurador Federal para o Distrito Sul da Flórida, Alexander Acosta, anunciou oficialmente a criação do Grupo de Trabalho para a Aplicação das Sanções a Cuba, integrado por representantes da OFAC, o FBI, o Serviço de Rendas Internas (IRS), Imigração e Controle de Alfândegas (ICE), o Departamento de Comércio, o Serviço da Guarda Costeira e as unidades aérea e terrestre da Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP). O objetivo fundamental deste Grupo é perseguir, de maneira rigorosa e agressiva, as violações das regulamentações do bloqueio e julgar os infratores, os que se expõem a sanções de até 10 anos de prisão e multas de até 1 milhão de dólares para as empresas e de até 250 mil dólares para os indivíduos. A criação deste grupo é uma das recomendações da atualização em julho de 2006 do Plano Bush.
- Também no outubro de 2006, o Departamento do Tesouro negou mais de 200 licenças de viagem a Cuba para especialistas norte-americanos e porto-riquenhos que pretendiam participar no 2º Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia. O presidente do Comitê organizador do evento, Guillermo Arias, declarou que a negativa incluiu ameaças de sanções contra a

organização por realizar o encontro em Havana. Acrescentou que outros profissionais latino-americanos também foram ameaçados, porque se viajavam a Cuba não seriam autorizados a entrar nos Estados Unidos durante 6 meses.

- Em novembro de 2006, o Departamento do Tesouro denegou a autorização para viajar a Cuba a 15 destacados cientistas norte-americanos que exprimiram sua intenção de participar na Oficina Internacional Imunoterapia 2006, organizada pelo Centro de Imunologia Molecular, sob o auspício da Organização Pan-americana da Saúde, de 15 a 19 de novembro.
- Em dezembro de 2006, o Governo dos Estados Unidos enviou uma nota a todas as companhias norte-americanas fornecedoras de serviços de Internet para prevení-las de fazer negócios com 6 países, incluída Cuba.
- No dia 13 de fevereiro de 2007, a OFAC informou que a empresa Vésper Corporation, empresa que produz equipamentos e peças para a indústria do transporte, foi multada com 23 mil 800 dólares por exportar produtos para Cuba sem licença.
- No dia 9 de março de 2007, a OFAC informou que a companhia Coda International Tours, Inc., foi multada com um montante de 3 mil 500 dólares americanos por fornecer serviços turísticos a Cuba sem licença.
- No dia 14 de março de 2007 o senador anticubano Mel Martínez (R-FL) introduz o projeto S.876, que estabelece a aplicação de sanções contra indivíduos ou companhias que investem mais de 1 milhão de dólares no programa de petróleo e gás cubano, com medidas que incluem a negação de facilidades para a exportação de bens, serviços e tecnologias, outorgamento de recursos financeiros e a limitação de acesso a contratos com o governo dos Estados Unidos.
- No dia 26 de março de 2007, a também legisladora e representante dos grupos anti-cubanos Ileana Ros-Lehtinen (R-FL), apresentou o projeto de lei HR.1679 que nega o outorgamento de vistos a pessoas ou companhias estrangeiras que contribuam à exploração de petróleo em Cuba e impõe sanções a quem invista mais de 1 milhão de dólares no desenvolvimento da indústria do cru e os recursos de gás natural no nosso país, incluídas subsidiárias norte-americanas.
- No dia 6 de abril de 2007, segundo uma informação da OFAC, a organização bancária Kinecta Federal Credit Union dos Estados Unidos, foi multada com um montante de 3 mil 102 dólares por iniciar, sem licença, uma transferência de fundos alocados a um nacional cubano.
- No dia 20 de abril de 2007 foi divulgado que o Serviço Postal dos Estados Unidos adotou um novo procedimento para o envio de pacotes a Cuba, que estabelece que o cliente contate à OFAC antes de enviar o pacote para ter a

certeza de que não contém artigos proibidos, caso contrário não será aceite pelo escritório postal.

- No dia 4 de maio de 2007, a OFAC informou que a empresa inglesa PSL Energy Services foi multada com um montante de 164 mil dólares por exportar e re-exportar, sem licença, equipamento de serviço de campos petrolíferos e serviços técnicos para Cuba.
- Na primeira metade do ano 2007, e como parte das ações da escalada anticubana que representa o Plano Bush para a anexação de Cuba, o Sr. Caleb McCarry, nomeado pelo presidente Bush como “Coordenador para a Transição em Cuba, visitou vários países da União Européia (a Suécia, Dinamarca, Irlanda, Alemanha, Polónia, Bélgica, Holanda, Hungria e Eslováquia) visando o aberto e reconhecido objetivo de pressioná-los para que se somem à aplicação da estratégia norte-americana contra a ilha. A Sra. Kirsten Madison, Subsecretária Assistente de estado para o Hemisfério Ocidental do Departamento de estado visitou, com igual objetivo, a Grã Bretanha, Itália, a Santa Sede e Bélgica.

Os objetivos das viagens do pretendido procônsul McCarry e da Sra. Kirsten Madison foram marcadamente destacados no posterior percurso realizado por Europa pela Secretária de Estado estadunidense Sra. Condolezza Rice, quem fez de Cuba um dos itens importantes de sua agenda, ao assinalar a prioridade que outorga a Administração do Presidente Bush a seus planos contra a nação cubana.

Além disso, durante o período analisado, intensificaram-se as restrições bancárias contra Cuba e as ações para impedir as operações de instituições bancárias cubanas e de instituições de terceiros países com Cuba.

2.1 Outras ações de recrudescimento do bloqueio

- No dia 19 de junho de 2006, a Suprema Corte dos Estados Unidos rejeitou o requerimento apresentado no dia 30 de setembro de 2005 pela empresa cubana CUBATABACO com o intuito de rever o veredicto emitido em fevereiro desse próprio ano pela Corte Federal de Apelações do 2º Circuito sediado em Nova York referente à titularidade da marca de charutos cubanos **Cohíba** nos Estados Unidos. Esta decisão confirma a propriedade exclusiva da Companhia norte-americana General Cigar sobre a prestigiosa marca de charutos cubanos nos Estados Unidos, o que constitui uma apropriação ilegítima dessa marca.
- No dia 3 de agosto de 2006, o Gabinete de Marcas e Patentes dos Estados Unidos decidiu que o registro da marca cubana **Havana Club** a favor da empresa Cubaexport “está cancelado e expirou”. Ao abrigo desta arbitrária decisão, a companhia Bacardí começou a vender fraudulentamente na Flórida o rum com a marca **Havana Club**.

- Com esta decisão consumou-se o roubo da prestigiosa marca de rum cubano. É preciso lembrar que os proprietários da Companhia Bacardí estiveram entre os principais promotores e financistas da conhecida Lei Helms-Burton, adotada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1996, a que continua sendo o corpo legal mais completo sobre o qual se sustenta o bloqueio econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba.

3. Afetações aos diversos setores da economia e à sociedade cubana. Prejuízos provocados pela extraterritorialidade da política do bloqueio

A partir do ano 1992, quando Cuba apresentou pela primeira vez à Assembléia Geral das Nações Unidas o projeto de resolução que solicita pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro que lhe impõe o governo dos Estados Unidos, foram anualmente documentadas as conseqüências dessa política para todos e cada um dos setores da vida econômica e social cubana.

Os danos diretos ao povo cubano e o impacto negativo da aplicação extraterritorial do bloqueio constituem os principais obstáculos para o rápido avanço dos projetos e programas em andamento para o desenvolvimento econômico e social de Cuba.

Além das conhecidas afetações diretas que essa política provoca na economia e na sociedade cubana, acrescenta-se o marcante efeito extraterritorial do bloqueio, que com as Leis Torricelli e Helms-Burton e o Plano Bush para a anexação de Cuba alcançaram níveis sem precedentes. As leis e regulamentações desse tipo continuam provocando inumeráveis afetações e prejuízos tanto a Cuba quanto a terceiros países, aos que se coarcta o direito de beneficiar-se plenamente das oportunidades que gera a economia cubana. As disposições extraterritoriais desta política proibem:

- Que subsidiárias norte-americanas sediadas em terceiros países realizem qualquer tipo de transação com empresas em Cuba.
- Que empresas de terceiros países exportem para os Estados Unidos produtos de origem cubana ou produtos que na sua elaboração contenham algum componente dessa origem.
- Que empresas de terceiros países vendam bens ou serviços a Cuba, cuja tecnologia contenha mais do que 10% de componentes estadunidenses, embora que os seus proprietários sejam nacionais desses países.
- Que entrem nos portos estadunidenses navios que transportem produtos desde ou para Cuba, independentemente do país de matrícula.
- Que bancos de terceiros países abram contas em dólares norte-americanos a pessoas jurídicas ou naturais cubanas ou realizem transações financeiras nessa moeda com entidades ou pessoas cubanas.
- Que empresários de terceiros países realizem investimentos ou negócios com Cuba em propriedades vinculadas às reclamações de cidadãos estadunidenses ou que, havendo nascido em Cuba, adquiriram essa cidadania.

No período compreendido entre maio de 2006 e maio de 2007, pelo menos 30 países sofreram os efeitos da extraterritorialidade da política do bloqueio, entre eles a Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Reino Unido, Países Baixos, Suécia, Espanha, Finlândia, Japão, México, Noruega e Suíça.

A extraterritorialidade do bloqueio é aplicada até tal ponto em que cidadãos cubanos residentes em terceiros países foram obrigados a retirar suas contas bancárias ou ameaçados com a cancelação das mesmas em instituições locais que foram adquiridas o mantêm algum tipo de vínculo com bancos norte-americanos.

A magnitude das afetações provocadas pelo bloqueio também aumenta em consequência do intenso e acelerado processo de aquisições de empresas, fusões, megafusões e alianças estratégicas a escala mundial no contexto da globalização neoliberal, processo no qual os Estados Unidos têm uma participação muito grande. Esta situação intensifica o impacto do bloqueio e o seu efeito extraterritorial, ao reduzir ainda mais o espaço econômico externo de Cuba e tornar mais difícil e, por vezes, impossível, a busca de parceiros comerciais para tentar burlar o férreo bloqueio norte-americano. Não foram poucos os clientes ou fornecedores tradicionais de Cuba em terceiros países que foram obrigados a interromper suas relações comerciais ou financeiras com o nosso país após a aquisição ou fusão com uma empresa norte-americana.

3.1 Afetações do bloqueio nos setores de maior impacto social

Alimentação

No período de maio de 2006 até abril de 2007, o bloqueio provocou afetações no setor da alimentação que alcançaram um montante que ultrapassa os 258 milhões de dólares. A incidência negativa do bloqueio reflete-se não apenas nas restrições que se impõem às limitadas importações cubanas de alimentos desde os Estados Unidos e de subsidiárias norte-americanas em terceiros mercados senão, fundamentalmente, pelo seu negativo impacto na produção de alimentos para o consumo da população. Com uma cifra semelhante ao impacto dessas afetações, Cuba tinha podido adquirir para a alimentação da população cubana aproximadamente 180 mil toneladas métricas de feijão de soja, 72 mil toneladas métricas de óleo de soja, 300 mil toneladas métricas de milho e 275 mil toneladas métricas de trigo.

- No caso dos produtos agrícolas, fundamentalmente alimentos, que sob estritas medidas de supervisão e outorgamento de licenças caso por caso Cuba importa desde os Estados Unidos; o governo norte-americano mantém e intensifica suas ações para tentar de limitar ao máximo essas compras e obstaculizá-las. Isso provocou que as afetações a essas transações no ano 2006 ultrapassaram os 62 milhões 800 mil dólares, como resultado, entre outros fatores, da ausência de relações bancárias diretas entre Cuba e os Estados Unidos, da aplicação de um mecanismo complexo e dilatado de licenças para a exportação e transportação das mercadorias e para as viagens

dos executivos estadunidenses a Cuba e dos demorados procedimentos para que especialistas cubanos veterinários e fitossanitários, entre outros viajem aos Estados Unidos para visitar as instalações produtivas de acordo com a prática do comércio internacional. Ao supracitado acrescenta-se a recente prática para tentar embargar produtos agrícolas e alimentares adquiridos por Cuba no mercado norte-americano mediante ordens judiciais emitidas pelos tribunais dos Estados Unidos.

- Ao próprio tempo, o governo dos Estados Unidos bloqueou as comunicações entre a empresa cubana Alimport e as companhias estadunidenses fornecedoras de produtos agrícolas e alimentares impedindo o adequado funcionamento do servidor earthlink@abuse.earthlink.net, o que criou, durante o ano 2006, uma dificuldade adicional para as transações entre ambos os países.
- Os Estados Unidos representam 41% do mercado mundial do rum e no seu território se comercializam 16 milhões de caixas dos runs Premium, em cuja classificação se encontra a marca cubana Havana Club. No entanto, o bloqueio proíbe o acesso dessa prestigiada marca ao mercado desse país. Por conseguinte a firma Havana Club International viu-se obrigada a distribuir este produto contando só com 59% de acesso ao mercado mundial. Considerando apenas o por cento de participação de Cuba no mercado mundial de runs Premium, calcula-se que se tivesse acesso ao mercado dos Estados Unidos nosso país poderia vender aproximadamente 1,1 milhões de caixas adicionais, que permitiria à economia cubana receber receitas por um montante de 47 milhões de dólares.

Devido ao processo judicial seguido para reclamar os direitos de propriedade industrial pelo registro e uso da marca Havana Club, após o grosseiro roubo da mesma, a parte cubana incorreu em despesas de aproximadamente mais de um milhão de dólares.

- O país tem que fornecer-se de arroz e grãos num volume que ultrapassa o requerido senão existisse o bloqueio e poderia importá-los em breves prazos de tempo desde os Estados Unidos. O supracitado obriga a ter que dispor de maiores capacidades de armazenamento. No ano 2006, os inventários em excesso desses produtos foram estimados em 28 milhões 829 mil dólares, incorrendo num gasto adicional de 5 milhões 765 mil dólares para manter esses inventários. O armazenamento destes produtos durante um período tão prolongado nas condições de um clima tropical provocou que se perderam, por pragas, aproximadamente 189 mil 642 dólares.

Entre os exemplos que revelam a **incidência da extraterritorialidade no setor da alimentação** se encontram:

- Em outubro de 2006 a Empresa Refinadora de Óleos de Santiago de Cuba, solicitou a aquisição de Juntas de placas de trocadores de calor **Sima-27** ao

fornecedor Neruda Internacional LTD. Após a realização do contrato, o fabricante API SCHIMIDT-BRETTEN GbmH & CO. KG da Alemanha, retirou do aeroporto as mercadorias por ser uma subsidiária norte-americana. O fornecedor Neruda tentou materializar o pactuado no contrato através de uma empresa de outra nacionalidade, o que não prosperou, porque a companhia alemã novamente freou o embarque, baseada nas regulamentações do bloqueio. Isso provocou que a empresa refinadora cubana continuasse a produção durante três meses sem realizar a mudança das juntas, afetando-se os rendimentos e a qualidade de produto terminado, com uma diminuição da capacidade de produção na refinadora que implicou uma afetação de aproximadamente 264 mil dólares.

- Perante a impossibilidade de adquirir 40 Bombas **WILDEN** e os seus acessórios, necessários para a fabricação de iogurte de soja, bem como 30 compressores de refrigeração marca Sabroe para a indústria láctea, as empresas cubanas incorreram num gasto adicional de 25% e 22% respectivamente, que totalizam aproximadamente 711 mil dólares. No caso das bombas Tilden, estas só são produzidas nos Estados Unidos e comercializadas pelas suas subsidiárias no mundo. Os compressores da marca Sabroe pertenciam a uma companhia que foi comprada por uma firma norte-americana, o que nos obrigou a procurar outra marca comercial para substituí-los.
- A Empresa Mista CORACAN de capital cubano-canadense, constituída para a produção e comercialização de alimentos de preparação instantânea, foi afetada a partir da cancelação das operações de abertura das cartas de crédito por parte de um Banco sediado num terceiro país em resposta às regulamentações de sua casa matriz nos Estados Unidos, que lhe impediam efetuar pagamentos por conceito de embarques destinados a Cuba. Isso representou para a empresa um incremento de 80% de suas despesas financeiras. Posteriormente outro fato semelhante provocou-lhe à empresa uma perda por volta de 49 mil 500 dólares.

Saúde Pública

No período que abrange este relatório, estima-se que as afetações do bloqueio ao Sistema Nacional de Saúde ultrapassaram 30 milhões de dólares. As instituições da área da saúde, que oferecem atendimento médico gratuito a toda a população foram afetadas nos seus serviços de urgência, de atendimento ao paciente grave, nas unidades cirúrgicas e noutros serviços especializados, tanto de adultos quanto de crianças, bem como no atendimento às mulheres grávidas, ao não conseguirem ter acesso aos meios de diagnóstico ou remédios de última geração, basicamente produzidos nos Estados Unidos e ao afetar-se a capacidade de adquirir material descartável, peças de reposição ou o equipamento necessário de origem

norte-americana. Por igual motivo, também se obstaculizaram as ações de promoção de saúde e a prevenção de doenças, tudo o que se exemplifica a seguir:

- O Instituto cubano de Oftalmologia “Ramón Pando Ferrer” foi impossibilitado de adquirir um equipamento para o estudo da retina, comercializado pela empresa Humphreys-Zeiss, bem como o medicamento **Visudyne**, que se utiliza no tratamento da degeneração macular nas pessoas idosas e é comercializado pela empresa Novartis. Por serem ambas de capital norte-americano, exprimiram não poder exportar para Cuba, porque não dispõem para essa operação de uma licença do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A não disponibilidade do referido equipamento provocou sérias dificuldades nos estudos da retina dos pacientes afetados, bem como dilações nas decisões terapêuticas a empregar. De não ser tratada em tempo a degeneração macular pode provocar a cegueira dos pacientes que sofrem essa doença.
- Solicitou-se à firma Highligts sediada no Panamá a compra de livros da especialidade de oftalmologia. No entanto, ela pôs como condição que o pagamento devia ser feito em dólares estadunidenses mediante um depósito nos Estados Unidos. Esta condicionante, que levaria à apropriação automática das verbas cubanas por parte do governo dos Estados Unidos, como acontece desde que se instrumentou a política do bloqueio, não resultou viável.
- O atendimento às crianças cubanas na esfera da anestesia cirúrgica é obstaculizado pelo bloqueio. Devido à aplicação desta política, Cuba não pode adquirir o agente anestésico inalante **Sevoflurane** patenteado com o nome comercial **Sevorane**, que se tornou num agente de indução por excelência para a anestesia geral em crianças. Esta patente é exclusiva dos Laboratórios ABBOT, companhia estadunidense que não lhe vende ao nosso país em cumprimento das leis do bloqueio. O Sistema Nacional de Saúde não tem outra alternativa que utilizar substitutos desse produto com menor qualidade, em mercados mais longínquos e com o correspondente aumento dos custos.
- Perante as pressões do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, a empresa estadunidense Saint-Jude suspendeu as suas vendas de válvulas protéticas ao Cardiocentro Pediátrico William Soler, as que eram mais baratas e de melhor qualidade. Em consequência disso, foram afetadas as crianças que padecem de arritmias e que precisam de marcapassos, que se conseguiam por esta via. A interrupção das operações comerciais da própria firma Saint-Jude também impediu, entre outros, a aquisição pelo Instituto de Cardiologia e Cirurgia Cardiovascular de um equipamento de mapeamento anatômico tridimensional não fluoroscópico marca **Carto-Biosense** ou **Incide**, por um valor aproximado de 150 mil dólares, empregado na realização de ablações das arritmias auriculares. Dada a impossibilidade de obtê-lo, o nosso país viu-se obrigado a enviar os pacientes para Europa visando receber este tratamento, Por um valor que oscila entre 15 mil e 18 mil Euros. Em Cuba esse serviço implicaria despesas bem inferiores.

As pressões estadunidenses provocaram que outras empresas já exprimiram a sua intenção de suspender as vendas às empresas cubanas e noutros casos anunciaram a cancelação das licenças, como aconteceu com a companhia Med Tronic, que foi obrigada à suspender a venda de marcapassos externos a Cuba, o que afetou às crianças que sofrem arritmias de caráter congênito ou adquirido e que precisam deles.

- O Chefe do Serviço de Angiologia do Hospital Hermanos Ameijeiras, não pôde assistir a um treinamento em Cirurgia endovascular, previsto para realizar-se num centro norte-americano de reconhecido prestígio na transplantologia, porque o governo estadunidense lhe negou o visto.
- Perante uma complexa situação no controle de vetores de doenças no país no fim do ano 2006, foi preciso realizar compras visando a entrega imediata, que provocaram despesas adicionais às calculadas de termos podido adquirir esses produtos e o equipamento necessário no mercado dos Estados Unidos. Isso implicou afetações ao país por aproximadamente 845 mil dólares devido aos preços e à transportação.
- Em novembro de 2006, três doutores cubanos não puderam assistir ao Congresso da Associação Americana de Oftalmologia da qual Cuba é membro e cuja última versão realizou-se em Las Vegas, devido a que seus vistos foram denegados pelo governo dos Estados Unidos. Pelas mesmas razões, outros três doutores cubanos não puderam participar na “60ª Assembléia de Pós-graduação” da Sociedade de Anestesiologia de Nova York, em dezembro de 2006. Algo semelhante aconteceu no caso do evento sobre “Insuficiência cardíaca nas crianças e adolescentes” realizado em San Francisco, no fim do ano passado; ao mesmo tempo também não pôde assistir uma doutora cubana convidada.

Também lhe negaram o visto ao Chefe do Departamento de Cardiologia Preventiva do Instituto de Cardiologia e Cirurgia Cardiovascular, quem foi convidado pela Sociedade Inter-americana de Hipertensão para participar em uma reunião de trabalho intitulada: Consortium for South Eastern Hipertension Control, XIVth Annual National Scientific Sessions, em maio de 2007, celebrado nos Estados Unidos.

No período que abrange este relatório, só na área da saúde, 37 especialistas cubanos não puderam assistir aos eventos nos Estados Unidos porque seus vistos foram denegados sob o pretexto de que a sua entrada poderia lesionar os interesses estadunidenses.

Entre os muitos exemplos que evidenciam a **incidência da extraterritorialidade na área da saúde** temos:

- A firma Datex-Ohmeda de Finlândia, fabricante de excelentes equipamentos de anestesia e monitorização multiuso com a que Cuba manteve relações comerciais, após a sua aquisição pela companhia estadunidense General Electric, informou ao nosso país que tinha proibida a venda de equipamentos e peças de reposição a Cuba visando ser processada judicialmente pelo Departamento da Justiça dos Estados Unidos.
- Cuba foi excluída de obter equipamentos e produtos que normalmente o Instituto de Oncologia e Radiobiologia comprava à divisão regional da firma Merck encarregada da química analítica, dado que ela foi absorvida por uma companhia norte-americana. Isso se tornou em afetações para os pacientes, particularmente os afetados de câncer.
- O Instituto de Nutrição e Higiene dos Alimentos tentou adquirir um Espectrofotômetro Infravermelho (FTIR) fabricado pela firma japonesa Shimadzu, usado em antropometria para a medição de deutério na composição corporal, com um custo aproximado de 20 mil dólares. Devido ao acatamento das regulamentações do bloqueio por parte desta firma, o processo de aquisição foi insucesso dado que mais de 10% dos componentes do FTIR são de fabricação norte-americana.

Educação

O avanço em programas educativos de excelência, que potenciem o pleno desenvolvimento da personalidade e as capacidades humanas de todos os cubanos e cubanas, tem sido obstaculizado pela política de bloqueio, em franca violação dos direitos humanos e as liberdades acadêmicas e educacionais mais elementares.

O intercâmbio acadêmico entre ambos os países é uma das áreas que registrou uma das maiores afetações devido à aplicação férrea das regulamentações do bloqueio.

Como resultado das indicações de dezembro de 2006 dadas pelo governo estadunidense a todas as companhias norte-americanas fornecedoras de serviços de Internet visando alertá-las de oferecer serviços a Cuba, foi seriamente limitado o acesso dos estudantes e professores cubanos às bases de dados e páginas WEB na Internet, ao serem obrigados a fazê-lo desde um site em Cuba. Além disso, a impossibilidade de ter acesso às tecnologias norte-americanas tem influído negativamente no desempenho dos centros bibliotecários de nosso país, os que são afetados pelas freqüentes negativas que recebem ao tentar ter acesso aos serviços gratuitos que se oferecem na Internet.

Entre as afetações com maior incidência no desenvolvimento deste setor podem citar-se as seguintes:

- A manutenção e reparação dos prédios escolares, bem como a necessária reposição do mobiliário escolar e outros equipamentos, continua sendo afetado pela política de bloqueio. A recolocação dessas compras em terceiros mercados, significou no período analisado despesas adicionais por um montante de 870 mil 370 dólares, o que influiu de maneira negativa na qualidade do processo educativo e nas condições de vida dos estudantes.
- O encontro que anualmente organizava a “Associação de Pedagogos de Cuba” entre educadores norte-americanos e cubanos teve que ser cancelado, após onze anos de troca de experiências educativas, porque os pedagogos norte-americanos não receberam licença para viajar a Cuba.
- Três professores do Centro de Estudos da Economia Cubana, que obtiveram a bolsa **David Rockefeller Center of Latin América Studies** da Universidade de Harvard, não puderam viajar aos Estados Unidos, por não receber resposta sobre os seus requerimentos de visto.
- Os usuários da Internet em Cuba não podem ter acesso aos serviços gratuitos do Google Earth no endereço <http://earth.google.com>. Ao tentar ter acesso recebe-se a seguinte resposta: **“This product is not available in your country”** (Este produto não se encontra disponível em seu país). Igualmente acontece com a atualização dos programas antivírus. Se desde Cuba um usuário quiser atualizar o programa antivírus McAfee aparece uma resposta automática que lhe notifica: **“we are sorry but it appears that you are located in a country that we are unable to export to in accordance with United States law”** (é pena, mas pelo visto você encontra-se em um país ao qual não podemos exportar de acordo com a legislação dos Estados Unidos). Obviamente, dadas as particularidades e tendências da educação moderna, impedimentos desta natureza constituem uma significativa obstrução ao desenvolvimento da educação nas escolas, centros universitários, politécnicos e para o funcionamento da rede de bibliotecas no país.
- A importação de matérias-primas, materiais e equipamentos de uso escolar para assegurar o processo docente educativo, como meios audiovisuais, computadores, equipamento de laboratório, reagentes, etc. foi seriamente afetada. Cada dia se reduzem mais os intermediários que correm o risco de realizar transações com Cuba pela ameaça das penalidades impostas pelo bloqueio. Tudo isto faz com que aumentem 20% e inclusive 100% nalguns casos, os preços dos produtos que se devem adquirir ao que se somam as demoras no recebimento e as dificuldades nos serviços de pós-venda.

Cultura

No ano que transcorre, em conseqüência do bloqueio este setor teve uma afetação que atinge 20 milhões 365 mil dólares. Isso influi negativamente nos esforços de Cuba por alcançar uma cultura geral integral da população e também afeta ao povo e às

personalidades da cultura norte-americana que são privados de conhecer uma das experiências de desenvolvimento cultural mais dinâmica e abrangente da região.

Como resultado do recrudescimento das medidas do bloqueio, especialmente no referente a intercâmbios culturais entre ambos os povos, no ano 2006 não se pôde assinar nenhum contrato comercial que permitisse a atuação de agrupações cubanas nos Estados Unidos.

À margem das afetações que na área cultural tem esta política, tanto para Cuba quanto para o povo dos Estados Unidos, o amplo alcance extraterritorial da mesma também incide desfavoravelmente no desenvolvimento das relações culturais com outros países.

A seguir aparecem alguns exemplos das afetações do bloqueio no âmbito cultural:

- A política de negativa de vistos que aplica o governo dos Estados Unidos contra cidadãos cubanos, impediu que Cuba estivesse representada na Feira do Livro de Porto Rico, considerada como uma das mais importantes da área do Caribe. A ausência cubana nestas feiras afetou sensivelmente a comercialização da literatura cubana e significou uma diminuição em 30% das negociações para a assinatura de contratos.
- A Agência Literária latino-americana com sede em Havana, não pode receber cheques nem transferências em dólares norte-americanos girados por bancos nos Estados Unidos ou que tenham suas casas matrizes nesse país, devido às restrições que impõe o bloqueio contra Cuba. Isso afetou os pagamentos dos direitos de autor que devem realizar as entidades estrangeiras à referida agência e implica perdas de até 30% perante a necessidade de realizar as transações através de terceiros países em moedas estrangeiras alternativas. Tudo isso produz um desestímulo evidente à publicação de autores cubanos.
- Não lhe foi outorgada a permissão de viagem ao coro “San Francisco State University Chambers Singers”, que devia participar no evento continental de coros América Cantat, que se realizou em Havana no ano 2007 sob os auspícios da Associação Argentina para a Música Coral América Cantat.
- As autoridades norte-americanas proibiram arbitrariamente a execução do Convênio assinado pelo Conselho Nacional de Patrimônio Cultural com instituições dos Estados Unidos para as obras de conservação e capacitação relacionadas com a restauração do Museu Hemingway em Cuba. O Estado cubano arcou com as despesas dessa restauração.
- Mais uma vez lhe foi negado aos artistas cubanos o direito a participar nas cerimônias dos prêmios Grammy e Grammy Latino. O visto foi denegado a seis dos artistas convidados, por razões descritas sob a Seção 212 alínea f), das regulamentações migratórias dos Estados Unidos, segundo a qual se proíbe a

entrada nos Estados Unidos a qualquer indivíduo cuja entrada seja prejudicial aos interesses desse país. Também foi negado o visto a 15 cineastas cubanos e a outros 6 criadores e especialistas do setor cultural, que foram convidados para participar noutros eventos nos Estados Unidos.

- A partir de dezembro de 2006, as administrações dos hotéis das cadeias norte-americanas Ritz, Carlton, Hilton e Marriot em diferentes países cancelaram os contratos dos artistas cubanos que trabalhavam temporariamente nessas instalações difundindo a música cubana. Levando em conta que eram contratadas entre 6 e 8 agrupações por ano, a afetação nesta área estima-se num montante que ultrapassa os 108 milhões de dólares.
- Em 2006, duas companhias distribuidoras, uma canadense e outra japonesa, interessadas em assinar contratos com a empresa de Edições e Gravações Musicais de Cuba (EGREM), abandonaram os seus planos por temor a serem sancionadas pelo governo dos Estados Unidos. Caso não tivesse sido abortado pelo menos um desses projetos, o nível de operações não teria ultrapassado um milhão de dólares. No caso das empresas publicitárias, impedidas de subscrever contratos com entidades cubanas ou temerosas de ser alvo de represálias se desafiarem às proibições existentes, as receitas deixadas de receber são estimadas em 220 mil dólares.
- A comercialização de livros e publicações periódicas cubanas também foi afetada neste período pelas dificuldades para a tramitação de cobros ou pagamentos através de Bancos em terceiros países cujas casas matrizes estejam sediadas nos Estados Unidos. Por esse motivo as perdas são estimadas em mais de 100 mil dólares.

Transporte

As afetações nesta esfera que oferece serviços vitais à economia e à população influem de maneira direta e tangível no dia-a-dia dos cubanos. O impacto financeiro do bloqueio na área dos transportes no período analisado alcançou a cifra de 208,8 milhões de dólares. Alguns exemplos destas afetações são referidos a seguir:

- O parque de locomotivas que existem em Cuba está integrado em sua esmagadora maioria por equipamentos de manufatura norte-americana ou canadense, que têm componentes fabricados nos Estados Unidos, o que criou dificuldades para a obtenção das peças para a sua reparação e manutenção. Devido a esta situação, no período que se analisa foram planejadas as saídas de um total de 6 mil 892 trens que não puderam oferecer serviços por falta de locomotivas e coches motores deixando-se de transportar por longas distâncias aproximadamente 197 mil passageiros com uma afetação econômica de 500 mil dólares. No caso dos trens de carga, esta situação provocou demoras nas entregas de produtos tão sensíveis como os alimentos.

- Os caminhões que utiliza o sistema de transporte automotivo de passageiros **METROBUS** são em sua esmagadora maioria norte-americanas (International, Ford e Freighliner) e utilizam motores Cummings. A maioria das partes e peças de reposição é de origem norte-americana. A necessidade de comprá-las através de intermediários em terceiros países, originou um incremento dos custos das peças e demoras em sua entrega, que obstaculizaram a regularidade na prestação desse serviço. Em consequência disso, o Sistema **Metrobus** viu afetado em 20% os seus serviços, equivalente a 190 viagens por dia, deixando de transportar no período 2006-2007 aproximadamente 45 mil passageiros por dia, em sua grande maioria estudantes e trabalhadores. Desde o ponto de vista econômico provocou erogações adicionais que atingem a cifra de 671 mil dólares.
- Na área do Caribe o transbordo de contêineres manteve um crescimento médio de 15% anual durante o período 200-2006, ultrapassando os 4,9 milhões de contêineres com capacidade de 20 pés, transbordados em 2006. Levando em conta a posição geográfica privilegiada de Cuba por sua proximidade ao cruze das linhas marítimas que operam o comércio mundial no eixo leste-oeste e norte-sul, se apenas o 10% do tráfico operado na região no passado ano houvesse sido manipulado em portos cubanos, as receitas por esse conceito ultrapassariam os 59 milhões de dólares americanos, sem incluir outras receitas decorrentes dos serviços que poderiam ser oferecidos aos navios que chegam aos portos cubanos, tais como práticos dos portos, taxas portuárias, fornecimentos para navios, etc.

3.2 Afetações noutros setores da economia nacional

O valor total das afetações à **Indústria pesqueira** cubana no período atingem os 6 milhões 231 mil dólares. No ramo das importações, a afetação durante este período esta associada nomeadamente ao risco que no tocante ao bloqueio adjudica-se à comercialização com Cuba, ao custo incrementado da transportação e às taxas de juros superiores às prevalecentes no mercado. Só numa das empresas desta indústria, a PROPES, a afetação por risco país representou entre os 10 e os 20% do total das importações realizadas em 2006, para um total de 3 milhões 685 mil dólares.

Devido ao bloqueio, as exportações cubanas de **açúcar** estiveram afetadas pela impossibilidade de participar no mercado de importação dos EUA, as condições de risco-país e a impossibilidade de utilizar o dólar estadunidense como moeda nas transações comerciais. A percentagem do total das importações dos Estados Unidos que poderia representar o produto cubano, tendo em conta as importações contra cotas desse país em 2006, é de 22,8% levando em conta os valores históricos da década dos 50. As afetações pela impossibilidade de participar do mercado dos EUA,

analisando só o açúcar que poderia ser exportada segundo a percentagem anteriormente referida, atingem os 59 milhões 375 mil dólares.

O bloqueio continua obstaculizando seriamente o desenvolvimento da **Indústria cubana da informática e as comunicações**, nomeadamente obstruindo o acesso de Cuba às tecnologias da informação e as comunicações, o que de fato também se contrapõe com os objetivos e acordos adotados na Cúpula da Sociedade da Informação, realizada pelas Nações Unidas e a União Internacional das Telecomunicações.

A OFAC mantém uma vigilância estrita para impedir que os cidadãos norte-americanos utilizem a web como passarela para qualquer transação eletrônica que possa beneficiar uma instituição cubana.

Da mesma maneira, a Indústria Cubana do Software não ficou alheia aos sérios obstáculos que existem neste domínio para seu normal desenvolvimento e expansão. Ainda quando se abriu um caminho pela via do software livre, muitas das aplicações, ferramentas e licenças importantes ainda estão baseadas em software proprietário que, em sua maioria, são licenças on-line que impedem sua distribuição a países como Cuba, que é vetado pelo governo dos Estados Unidos, como o demonstram os Guias de usuário e os contratos de licença de uso das grandes companhias do setor da Informática como Microsoft, Adobe e Borland.

O anterior implica que, além de pagar preços superiores a companhias intermediárias para adquirir esses produtos, as empresas cubanas não têm acesso às licenças desde seu domínio “cu”, código de país que permite identificá-las na Internet, com a conseguinte negação dos serviços e dos produtos que sejam solicitados. O bloqueio estende-se também ao ciberespaço, realizando cercos virtuais extraterritoriais contra Cuba, o que está relacionado com o fato da Internet estar submetida ao controle dos Estados Unidos.

A Empresa de Telecomunicações de Cuba (ETECSA), perante a impossibilidade de ter acesso direto ao mercado dos EUA, é obrigada a realizar através de terceiros as reparações de cartões, equipamentos e compra de materiais de reposição para o mantimento e operação da rede telefônica internacional. Em 2006, o tempo médio de reparação através de terceiros países foi de 245 dias, alcançando em ocasiões até 380 dias, com um montante de afetações que ultrapassam os 100 mil dólares. Se a gestão tivesse sido feita diretamente com os EUA, o tempo de reparação apenas tivesse sido de 90 dias.

ETECSA pagou pela compra de 500 cinturões para reparadores de linhas telefônicas num país asiático 28 mil dólares adicionais, por não poder comprá-los à firma mexicana Klein-Yulmex, por ser uma sucursal da companhia norte-americana KLEIN.

A empresa cubana COPEXTEL, que também pertence a este setor, viu-se obrigada a realizar o embarque completo e oportuno de acessórios para transferências

automáticas através de um terceiro país. Estes equipamentos estavam destinados ao programa de reparação e modernização de hospitais em Cuba. Embora os equipamentos fossem adquiridos em 2005, ainda restam por receber cinco deles, os quais, segundo o fornecedor, foram-lhes confiscados no porto de Halifax, Canadá, por parte de agentes do Departamento do Tesouro dos EUA ao imaginar que seu destino era Cuba.

No setor da **Habitação**, apenas no período compreendido desde maio de 2006 até março deste ano, calcula-se que a afetação na implementação dos planos de construção, conservação e reabilitação de moradias atingiu os 4 milhões 300 mil dólares.

À empresa IMECO, que importa os materiais e os produtos de construção para a moradia, foi-lhe denegada uma solicitação para a aquisição de acessórios e componentes elétricos pela firma Westinghouse. Por não ter acesso ao mercado dos EUA, a IMECO pagou por sobrepreços noutros mercados a soma de 1 milhão 31 mil 487 dólares.

Ainda não se puderam adquirir acessórios e tubagens hidráulicas e sanitárias da firma norte-americana Spears, o que tem provocado pagamentos excessivos por 1 milhão 650 mil dólares.

As afetações no setor da **Aviação Civil** neste período alcançaram os 189 milhões 385 mil dólares estadunidenses.

A reposição de motores de aviação da família Pratt and Whitney (PW) para a frota cubana de aviões viu-se obstaculizada, ao não poder comprá-los, nem sequer indiretamente através de operações de triangulação. Estes motores são fabricados pela transnacional estadunidense GE Transportation-Aircraft Engines, que aplica as sanções do Governo dos EUA contra Cuba.

Ao ser adquirida pela companhia estadunidense Sikorsky Aircraft Corporation, a fábrica de aviões polaca PZL Mielec, com a qual Cuba mantinha relações comerciais, decidiu mudar sua política com Cuba, e por isso as solicitações de partes, peças e acessórios das aeronaves AN-2 e de seus motores ASH 62-IR, vindos da empresa cubana Aviaimport S.A., foram cancelados.

Apesar de que para e desde Cuba se realizam sistematicamente vôos charters de várias linhas aéreas estadunidenses, como Miami Air, American Eagles, Gul Stream, Sky King e outras que operam as rotas desde Miami e de que o Estado cubano lhes oferece todas as facilidades para suas operações na transportação de passageiros, o governo dos EUA, ainda não autorizou as linhas aéreas cubanas a operarem em seu território, sobre a base da seção 515.201 (a) de "Cuban Assets Control Regulation", 31 C.F.R. Parte 515, na qual se prescreve que sem licença específica, um avião da companhia Cubana de Aviação aterrando em Miami poderia constituir uma conduta proibida e o avião poderia ser confiscado.

Os sistemas de distribuição SABRE, GALILEO e WORLDSPAN, sediados nos EUA e propriedade de companhias estadunidenses, ainda não aceitaram os pedidos de Cubana de Aviación para participar em seus mecanismos de distribuição. Esta situação limitou em 65,7% o acesso aos serviços de reserva de vôos oferecidos por nossas linhas aéreas. Essa discriminação é uma violação dos princípios consignados no Preâmbulo do Convênio de Chicago, no qual se expressa que a aviação civil internacional deve desenvolver-se de maneira segura e ordenada e que os serviços internacionais de transporte aéreo devem ser estabelecidos sobre uma base de igualdade de oportunidades e realizar-se de um modo sadio e econômico.

A **Indústria Básica** cubana, de vital importância econômica visto que abrange produções fundamentais como o níquel, o petróleo, o cimento e a indústria química, entre outras, teve afetações pelo bloqueio no período que abrange o presente Relatório que atingem os 93 milhões 73 mil dólares.

A Empresa produtora de níquel Ernesto Che Guevara viu-se obrigada em 2006 a pedir créditos por 311,5 milhões de dólares com juros por valor de 13,7 milhões de dólares, dos quais 6,4 milhões corresponderam ao fator risco país, isto é, 46,5 % do total.

No referente às indústrias do petróleo, estima-se que em 2006, do total investido pelas companhias petroleiras ligadas à Empresa Cubana do Petróleo (CUPET), 25% representaram despesas adicionais por ter que realizar compras sob as condições do chamado “risco Cuba”. Isto significou perdas por 48 milhões de dólares.

Como é bem sabido, a adoção e posterior recrudescimento das ações contidas no Plano Bush para a anexação de Cuba, determinou a aplicação de disposições de mercado conteúdo extraterritorial, para facilitar uma monitorização mais agressiva dos planos de desenvolvimento da indústria básica cubana, com particular ênfase na indústria do níquel e do petróleo. O objetivo declarado é entorpecer o desenvolvimento das mesmas.

Nesse âmbito, após a assinatura em maio de 2006 de um contrato com Cuba para a exploração de petróleo em águas profundas na zona econômica exclusiva cubana no Golfo do México, a companhia petroleira **Norsk Hydro** da Noruega foi “admoestada”. Através de uma carta de advertência, o governo dos EUA exigiu-lhe informação e dados sobre seu investimento em Cuba, sob a ameaça de sofrer conseqüências em seus negócios com companhias estadunidenses.

A indústria petroleira cubana não pôde adquirir as peças de reposição para o compressor de gás Nuovo Pignone, visto que a empresa RODABILSA, fornecedora espanhola, informou que tinha sido absorvida pela companhia estadunidense General Electric, a qual se negava a ofertar qualquer material cujo destino fosse Cuba ajustando-se desta maneira às restrições do bloqueio.

Em 15 de junho de 2006, a companhia canadense Sherritt fez uma solicitação de transferência de fundos ao National Bank of Canadá (NBC), por um valor de 7 milhões 140 mil dólares, para o pagamento de prêmios de segurança à empresa cubana ESICUBA. Um dia depois, o Banco notificou que os fundos tinham sido interceptados e colocados numa conta “congelada” e que não podiam ser libertados sem a aprovação de autoridades norte-americanas. O NBC enviou uma solicitação às autoridades dos EUA que foi denegada. Em consequência disso, o Banco canadense assumiu 70% da perda, mas o 30% restante foi compensado pela Empresa cubana de Metais, ficando afetada a fábrica de níquel com uma perda neta de 760 mil dólares.

O contrato assinado pela União Elétrica de Cuba com a filial espanhola da firma Pirelli, para a importação de cabos de media e de baixa tensão, foi cancelado ao ser adquirida essa firma pela sociedade GOLDMAN & SACHS CAPITAL PARTNERS dos Estados Unidos, provocando demora nos planos previstos.

Na esfera dos **Esportes**, é bem conhecida a política desenvolvida pelo Estado cubano para alcançar a massificação da prática esportiva, o que tem permitido que em relação com sua população Cuba possua um dos maiores índices de desenvolvimento e de participação nos esportes. Os efeitos desta política de bloqueio nos esportes também são evidentes.

Após a implementação do Plano Bush, a administração norte-americana eliminou praticamente todos os intercâmbios esportivos entre ambos os países. Uma das afetações registradas neste setor, foi a limitação imposta às “Olimpíadas Especiais Internacionais” para o apoio financeiro direto ao Programa Nacional de Olimpíadas Especiais em Cuba, o que obstaculizou as possibilidades de adquirir bilhetes de viagens e implementos esportivos, bem como assistência técnica em igualdade de condições com relação a outros países credenciados. Durante administrações estadunidenses anteriores, esta Organização Internacional criada em benefício das pessoas com deficiências físicas e intelectuais, pôde oferecer apoio a Cuba, facilitando a participação de atletas e representantes do capítulo cubano em todas suas atividades.

A prática do beisebol, que é o esporte nacional em Cuba, também foi afetada pela impossibilidade de comprar meios e implementos esportivos nos Estados Unidos. Por exemplo, a compra de bolas de qualidade mundial teve que ser feita em mercados asiáticos, a um custo de sete dólares cada, o que ultrapassa em três dólares o preço no mercado norte-americano. Se temos em conta que em Cuba são utilizadas 300 mil bolas de beisebol no mínimo numa Série Nacional, o país pouparia 90 mil dólares de ter acesso ao mercado dos EUA.

No **setor do fornecimento de água** as principais afetações estiveram ligadas às dificuldades para adquirir peças de reposição no mercado estadunidense. Por isso, existem no país 205 equipamentos de bombeamento de água que não funcionam, afetando o serviço de água de 176 mil 109 habitantes. Com relação aos grandes esforços realizados para poder solucionar esta crítica situação, as peças de reposição

necessárias foram compradas num mercado longínquo, incrementado em 40% o custo original, só por conceito de transportação. Com esse montante, teriam sido beneficiadas por volta de 80 mil pessoas, que sofrem de interrupções no fornecimento por avarias nos equipamentos de bombeamento.

A Indústria Sideromecânica sofreu afetações valorizadas em mais de 66 milhões 56 mil dólares.

Devido à proibição do uso do dólar nas transações internacionais, a Empresa de Engenharia Hoteleira ao efetuar o pagamento pela compra de peças destinadas ao fabrico e conserto de básculas, balanças e resistências elétricas, sofreu um incremento na taxa de câmbio valorizada no momento da assinatura do contrato de 1,2655 US\$/€ a 1,3323 US\$/€, provocando perdas na operação pelo valor de 13 mil 28 dólares. Por esta mesma causa, em todo o ano 2006 as perdas totalizaram 67 mil 100 dólares.

O Grupo Empresarial **DIVEP** teve atraso na entrega de geladeiras destinadas à rede de lojas do mercado interno, porque a empresa LG sediada no Panamá, só forneceu 250 mil unidades das 450 mil unidades solicitadas, por estar submetidas a pressões do Governo dos EUA.

A compra de alumínio para a produção de garrafas para bebidas e refrigerantes pela empresa cubana **ENVAL**, através da firma **ALCAN** Brasil, não pode ser realizada porque esta última recebeu uma carta de advertência de sua Casa Matriz nos Estados Unidos. Este fato provocou a busca de fornecedores fora da área geográfica, com um incremento do custo comparado com o alumínio brasileiro de 697 dólares por tonelada.

Algo semelhante aconteceu com a firma **INX** Canadá, subsidiária de International Inx Co. dos Estados Unidos, que impediu a compra de tintas para a Indústria de Embalagem cubana no Canadá. Isso fez com que a aquisição desse produto nos mercados europeus, com um custo 20% maior.

A empresa cubana ECIMETAL não pôde comprar à empresa CCL México, sua fornecedora desde 2004, as embalagens de alumínio litografados que são utilizados para embalar charutos, visto que esta foi adquirida parcialmente por capital estadunidense. Se tivesse podido comercializar pelo menos 20% da produção contratada com essa companhia, a empresa cubana pouparia 18 mil dólares, apenas por conceito de fretes.

No **setor agrícola**, a solicitação de compra do Instituto de Biotecnologia das Plantas de novos catálogos de produtos e reagentes às firmas SIGMA-ALDRICH e FLUKA, foi-lhe denegada pelos efeitos do bloqueio. Os catálogos atualizados dos fornecedores de insumos e reagentes para o desenvolvimento da atividade científica em biotecnologia, constituem não só documentos básicos para o pedido de compras, mas também uma maneira importante para a atualização dos pesquisadores a respeito das tendências e avanços mundiais na obtenção de novos produtos.

O alcance extraterritorial do bloqueio também se reflete no setor da agricultura. Apesar da autorização do governo dos EUA para vender produtos agrícolas a Cuba, continua a impossibilidade de ter acesso a esse mercado para a compra de agroquímicos (herbicidas e praguicidas). Por conseguinte, a empresa cubana importadora de produtos químicos QUIMIMPORT tem que realizar a contratação destes produtos em terceiros mercados, o que em muitas ocasiões não garante a aquisição do produto. Por exemplo, tentou-se contratar diretamente com a firma alemã BASF Ag o Herbicida **Plateu**, mas a mesma alega que o ingrediente ativo deste herbicida é de origem estadunidense e não pode ser vendido a Cuba, nem desde a Alemanha, nem desde suas sucursais na América Latina.

O Instituto de Biotecnologia das Plantas de Cuba viu reduzido seu espaço econômico porque seu representante comercial, a empresa COMERCIAL MERCADU S.A., não pôde receber 39 mil 500 dólares por conceito de terminação de um contrato de desenho de uma Biofábrica de Sementes com o Parque Tecnológico de Antioquia, Colômbia, a partir da impossibilidade de realizar transferências em dólares desde entidades bancárias estrangeiras.

Atualmente se desenvolve em Cuba um ambicioso programa de reparação de instituições de saúde, escolas e de construção de moradias, cuja execução viu-se freada devido aos obstáculos impostos pelo bloqueio. As afetações no setor da **Construção** no período totalizam a soma de 14 milhões 115 mil dólares.

Nesse mesmo setor, a aplicação do bloqueio impede que os profissionais cubanos da construção possam ser membros da American Concrete Institute (ACI), uma das instituições mais prestigiadas do mundo no betão armado, que é o principal material de construção. Ser membro da ACI permitiria manter atualizados os profissionais da construção e inclusive os estudantes das carreiras de Engenharia Civil e de Arquitetura, facilitando o acesso aos manuais que produz esta organização sobre os novos desenvolvimentos do betão, assim como participar em cursos avançados, eventos científicos e técnicos, bem como em cursos que permitam elevar o nível técnico e profissional.

O Grupo Industrial de Fibrocimento comprava à firma mexicana Albany o feltro tecnológico, utilizado para produzir fibrocimento. A mesma foi adquirida por uma companhia norte-americana, provocando a cancelação das relações comerciais com a empresa cubana, e uma recolocação das compras no mercado europeu a preços mais elevados, com um gasto adicional de 136 mil dólares no período que se analisa.

Devido à aplicação da Lei Torricelli, as despesas de operação para a importação de fibra de asbesto, PVC e outros materiais da construção incrementaram-se em 433 mil dólares, visto que os navios que transportaram a carga para Cuba foram obrigados a fazer transbordos noutros países do Caribe, por não poderem atracar aos portos cubanos.

Desde a apresentação do último Relatório ao Secretario Geral das Nações Unidas, a dimensão extraterritorial do bloqueio dos EUA contra Cuba tem incidido negativamente especificamente no setor da **Indústria Turística**.

A OFAC desatou uma feroz perseguição e campanhas de intimidação às sucursais de cadeias hoteleiras estadunidenses sediadas em terceiros países, para que não oferecessem serviços de hospedagem a delegações cubanas.

Ao incidente acontecido no começo do ano passado no México com um Hotel da cadeia Sheraton, seguiu o escândalo de 18 de dezembro de 2006 surgido quando a gerência do Hotel Scandio Edderkoppen de Noruega, informou ao Escritório cubano de Turismo em Estocolmo, que estavam forçados a cancelar as reservas da delegação do Ministério de Turismo de Cuba e de empresas cubanas que participariam na Feira Internacional de Turismo de Lillestrom, que teve lugar nesse país de 11 a 14 de janeiro de 2007.

Aplicando as regulamentações extraterritoriais da Lei norte-americana, o Hotel Scandic, comprado em março de 2006 pela cadeia hoteleira Hilton dos EUA, negou alojamento à delegação cubana. Reforçando esta decisão, a porta-voz do Grupo Hilton em Londres declarou publicamente que essa cadeia proibiria a estância de cubanos em todos seus hotéis no mundo todo, pois se permitiam as reservas das delegações cubanas estariam submetidos a multas ou poderiam ser presos.

No terceiro trimestre de 2006, a companhia de cruzeiros "Pullmantur" foi adquirida totalmente pela "Royal Caribbean", segunda corporação estadunidense de cruzeiros, enquanto o Grupo IBEROSTAR (Iberojet, Iberojet Internacional, Viajes Ibéria e Iberworld) foi comprado pelo grupo financeiro Carlyle, cujos acionistas são fundamentalmente estadunidenses. A partir da venda dessas companhias espanholas, cessaram suas relações com Cuba.

Entre as principais afetações provocadas encontram-se a eliminação de 230 postos de trabalho que correspondiam a tripulantes cubanos, significando a perda de 1 milhão 923 mil dólares e a suspensão em outubro de 2006 das operações do cruzeiro Holidays Dreams, com base em Havana, devido ao qual deixaram de visitar Cuba por volta de 12 mil 375 turistas. As afetações financeiras devido à interrupção dos serviços que prestavam as empresas do turismo ligadas à atividade de cruzeiro e a afetação por conceito de serviços de catering cancelados pelas linhas aéreas Pullmantur e Iberworld, provocaram uma afetação de 16 milhões 890 mil dólares.

A Agência de Turismo Cultural **PARADISO** realizou uma contratação com a transnacional alemã Hapag Lloyd e obteve um programa que foi denominado "**Cuba Libre-Christmas in the Caribbean**", no qual o cruzeiro de luxo desta companhia realizaria uma travessia pelo Caribe, que se propunha atracar aos portos cubanos. Perante a negativa das autoridades norte-americanas a que este cruzeiro chegasse a qualquer porto dos Estados Unidos se depois visava atracar aos portos cubanos, a companhia viu-se obrigada a cancelar o contrato. Para a Hapag Lloyd, cuja linha de

navios possui ativos valorizados em mais de 3 mil 200 milhões de dólares, a aplicação desta restrição que dispõe a Lei Torricelli implicou perdas milionárias, acrescentado ao custo da recolocação das pessoas que optaram por este programa.

Noutra ação de igual natureza, a empresa brasileira Cubanacán Comércio Internacional LTD, finalizando o mês de abril deste ano foi notificada da negativa de venda de um Display de computador pela Empresa 3M do Brasil LTD, ao conhecer-se que Cubanacán Comércio Internacional LTD era uma empresa com maioria de ações cubanas. A companhia brasileira, subsidiária de uma empresa norte-americana, aduziu que o produto foi fabricado nos EUA, o que impedia sua venda a entidades cubanas.

3.3 Afetações no desenvolvimento externo da economia cubana

Neste período ficou evidenciada uma maior perseguição contra operações comerciais cubanas com outras companhias de qualquer lugar do mundo e contra as transações financeiras de Cuba, tentando somar a essa ação a outros países e entidades internacionais.

Estima-se que em 2006 as afetações ao comércio exterior cubano ultrapassaram os 1, 305 milhões 388 mil dólares. As maiores afetações registraram-se pela impossibilidade de aceder ao mercado dos EUA.

No caso das importações que Cuba realiza, não só se encareceram como resultado de maiores preços, da utilização de intermediários e da necessidade de triangulação para determinados produtos, mas também pela transportação desde mercados mais longínquos, com o conseguinte incremento dos fretes e seguros. Adicionalmente, a necessidade de manter elevados inventários para garantir a estabilidade dos fornecimentos de insumos industriais, equipamentos e produtos para consumo direto, obrigou a adquirir grandes volumes de mercadorias que tiveram de ser armazenadas, provocando a imobilização de recursos e despesas adicionais às empresas cubanas.

No que respeita às exportações cubanas, a procura de terceiros mercados em ocasiões mais restringidos em quanto à demanda e mais onerosos em razão das tarifas, implicou a obtenção de receitas inferiores às que eventualmente tivessem sido percebidos com a materialização de uma proporção razoável dessas exportações ao mercado dos EUA. Além disso, a ausência dos produtos cubanos nesse mercado impede o uso de marcas comerciais reconhecidas mundialmente, propiciando a utilização fraudulenta e enganosa das mesmas por parte de companhias inescrupulosas que operam nesse mercado com a total anuência do governo dos EUA.

A respeito das afetações financeiras derivadas do alto risco adjudicado a Cuba por sua condição de país bloqueado pelos Estados Unidos, as mesmas atingiram 184 milhões 534 mil dólares em 2006. Cuba continua enfrentando difíceis condições de financiamento, em termos geralmente mais onerosos que os oferecidos como média no mercado internacional.

As afetações ao comércio exterior cubano devido à proibição do uso do dólar estadunidense nas transações internacionais alcançaram um montante de 75 milhões 198 mil dólares. No período entre maio de 2006 e abril de 2007, em só três dos Bancos comerciais cubanos as perdas registradas por este conceito, que implica a compra e venda de dólares com um alto risco e o efeito da variabilidade dos tipos de câmbio, foram por volta de 28,9 milhões de dólares.

Na esfera bancária-financeira, o recrudescimento do bloqueio estadunidense continua ocasionando serias dificuldades para o normal e adequado funcionamento do setor. O período compreendido neste Relatório tem-se caracterizado por um incremento das pressões às instituições financeiras e bancárias estrangeiras, obrigando-as a não confirmar ou avisar cartas de crédito, assim como fechar contas e chaves SWIFT onde estejam envolvidos interesses cubanos.

Também se observou um incremento das ações tendentes a obstaculizar as transações cubanas destinadas a honrar as contribuições financeiras com os organismos e organizações do sistema das Nações Unidas, bem como a entorpecer os depósitos bancários dos funcionários internacionais de origem cubana.

Mais de vinte bancos em terceiros países cederam às pressões extraterritoriais dos Estados Unidos. Seus executivos foram obrigados a aceitar as imposições norte-americanas e a cessar os serviços que ofereciam às entidades e as pessoas de nacionalidade cubanas, por temor a brutais represálias da Administração Bush. Cumprindo as medidas contidas no Plano anexionista, as autoridades dos EUA pressionaram vários países. Em reuniões com as mais importantes instituições financeiras em todo o mundo, os fantoches de Washington advertiram-lhe que se continuam as relações de negócios com Cuba, atuariam contra os ativos financeiros dessas instituições nos EUA.

Em 30 de junho de 2006, um banco europeu decidiu fechar Chaves SWIFT e as contas do Banco Internacional de Cuba S.A. (BICSA) em suas filiais de Hong Kong e Londres; em 3 de novembro de 2006, um banco latino-americano negou-se a avisar uma carta de crédito do BICSA pagável em euros, alegando que a (OFAC) se o proibia; o mesmo aconteceu em meses sucessivos com cartas de crédito em bancos europeus e em filiais na Europa de bancos asiáticos.

Atualmente a conta de fundos congelados do Banco Nacional de Cuba no banco estadunidense JP Morgan Chase tem seu saldo praticamente em “zero”. Os fundos que foram ilegalmente congelados ao amparo das chamadas “Regulamentações para o Controle de Ativos Cubanos” de 8 de julho de 1963, foram roubados com total desvergonha fazendo parte da política de bloqueio contra Cuba e não cumprindo com as obrigações do governo dos Estados Unidos de proteger e custodiar a integridade absoluta dos fundos que pertencem às instituições cubanas.

Como mais uma prova de sua demencial responsabilidade e em cumprimento de uma decisão da Corte de Nova York, o Governo dos EUA retirou totalmente os fundos congelados para satisfazer as decisões judiciais derivadas das espúrias demandas apresentadas contra Cuba perante tribunais estadunidenses pelas cidadãs Janet Ray Weininger e Dorothy Anderson MacCarthy. Estas demandantes receberam nada menos que 72 milhões de dólares, uma parte dos quais provêm dos fundos cubanos congelados nos EUA pertencentes ao Banco Nacional de Cuba o resto à Empresa Cubana de Telecomunicações (EMTELCUBA). Com este novo ataque os fundos roubados a Cuba totalizam mais de 170 milhões.

4. A Seção 211 da Lei Ônibus de Verbas Consolidadas Suplementares e de Emergência dos Estados Unidos de 1999 e as novas agressões no tema das marcas.

Por nono ano consecutivo, amparado pela Seção 211 da Lei Ônibus de Verbas Consolidadas Suplementares e de Emergência, o governo dos Estados Unidos continua realizando ações e tomando medidas para consumir o roubo das marcas cubanas Havana Club e Cohiba reconhecidas internacionalmente, impedindo os titulares cubanos ou seus sucessores, entre elas as empresas estrangeiras com interesses em Cuba, do reconhecimento e desfrute no território dos Estados Unidos de seus direitos sobre marcas ou nomes comerciais registrados e protegidos em Cuba.

A persistência desta legislação e das medidas que sob seu mandato adotou a administração norte-americana não só tem implicações negativas no âmbito bilateral entre Cuba e os Estados Unidos, mas também no terreno do comércio internacional a violar acordos multilaterais aceitos. O precedente e efeito nocivo dessa legislação no âmbito do comércio internacional determinou precisamente que desde o ano 2002, o Órgão de Apelações da Organização Mundial de Comércio (OMC) decidisse que a Seção 211 viola as obrigações do Trato Nacional e de Nação Mais Favorecida do Acordo sobre os Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC), pelo qual instou o governo dos Estados a ajustarem dita legislação de maneira compatível com suas obrigações internacionais.

A Administração Bush ignorou a decisão do Órgão de Apelações da OMC. O reiterado adiamento por parte do governo estadunidense de acatar a decisão do órgão de competência da OMC, corrobora de maneira convincente sua falta de vontade política para solucionar este litígio e cumprir com as normas do comércio internacional.

A confirmação da Seção 211, bem como o desenvolvimento de outras ações dirigidas a usurpar em território norte-americano marcas cubanas de grande prestígio internacional e que se encontram protegidas por convênios e tratado internacionais, cria um clima de incerteza e estabelece um precedente de conseqüências não previsíveis na esfera dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio.

5. Afetações ao povo norte-americano, outros povos do mundo e a organismos e organizações internacionais.

O bloqueio dos Estados Unidos não vá dirigido somente contra o povo cubano. Em seu arrevesado amassilho de leis e regulamentações também ficam envolvidas todas as pessoas e entidades do mundo, que sem importar sua ideologia, filiação política ou credo, mantenham qualquer tipo de relações com Cuba.

Após a aprovação do Plano Bush, em maio de 2004 e sua atualização em julho de 2006, virou mais doentia a perseguição de organizações religiosas, acadêmicas, organizações não governamentais e até simples indivíduos, incluindo uma drástica redução do intercâmbio acadêmico, científico, cultural e esportivo entre ambos os povos.

Partindo das novas proibições e perseguições e do número crescente de multas, viram-se reduzidas ainda mais as viagens de norte-americanos. Em 2003 as viagens totalizaram 85 mil, diminuindo a 37 mil no passado ano. As visitas familiares de cubanos residentes nos EUA a seu país de origem diminuíram de mais de 115 mil em 2003, a 59 mil em 2006, como resultado das novas restrições aos vínculos familiares.

O Departamento do Tesouro denegou a autorização para viajar a Cuba a 15 destacados cientistas norte-americanos que tinham expressado sua vontade de participar na Oficina Internacional Imunoterapia 2006, organizado pelo Centro de Imunologia Molecular, com o auspício da Organização Pan-americana da Saúde, de 15 a 19 de novembro de 2006.

O governo dos EUA também denegou os vistos para viajar a Cuba a estudantes e professores membros da ONG INTERLOCKEN, que já tinham viajado a Cuba em 2004 e 2005, privando-os de enriquecer sua formação profissional e cultural e de trocar experiências.

Foi negada a participação de especialistas norte-americanos na Oficina de Tecnologias para a Habitação Social em outubro de 2006 e na III Jornada Internacional da Habitação Social em março de 2007.

Os estudantes da Faculdade de Estudos Ambientais “Evergreen State Colleague”, do estado de Washington, não puderam participar do curso de verão oferecido pelo Instituto de Investigações de Pastos e Forragens devido à negativa da licença de viagens por parte do Departamento de Estado.

A equipa norte-americana de luta greco-romana não recebeu a autorização do governo dos EUA para viajar a Cuba a fim de treinar em Havana. O Departamento do Tesouro negou o visto aos ciclistas norte-americanos convidados a participarem da XXXII Volta Ciclística a Cuba, que se realizou de 13 a 25 de fevereiro de 2007.

A OFAC informou a companhia IXTLAN Corporation, produtora cinematográfica do reconhecido realizador norte-americano Oliver Stone, a respeito da sanção imposta, por violar regulamentações do bloqueio a Cuba. O cineasta também foi multado juntamente com mais três integrantes de sua equipe de realização pelas atividades desenvolvidas durante a filmagem dos documentários “**Comandante**” e “**Buscando a Fidel**”, de fevereiro de 2002 até maio de 2003. O montante da multa imposta a Stone, seu produtora e seus colaboradores foi de 6 mil 322 dólares.

A OFAC também enviou uma carta ao relevante documentarista Michael Moore, informando-lhe que tinha começado a investigação sobre a viagem que fez a Cuba em março de 2007, fazendo parte do processo de filmagem de seu documentário “SICKO”, que trata sobre o sistema de saúde norte-americano.

O Governo dos EUA não autorizou a participação da delegação porto-riquenha no Primeiro Congresso Regional Caribenho e Latino-americano de Hipnoterapia, que teve lugar na província de Santiago de Cuba, de 19 a 23 de março de 2007. O Governo dos EUA denegou a licença para viajar a Cuba ao Dr. Dennis Alicea, Reitor da Universidade de Turabo e Presidente do Instituto de Cultura de Porto Rico, quem viajaria a Cuba para atender assuntos relacionados com as relações culturais entre ambos os povos.

As autoridades norte-americanas proíbem a distribuição de publicações cubanas em território estadunidense, impedindo inclusive o acesso institucional a elas, para uso de bibliotecas e consultas. Isso fica evidenciado através de casos como os que aparecem relacionados a seguir:

- Em outubro de 2006, a Universidade de Califórnia fez um pedido para a reprodução de poesias de José Lezama Lima, poeta cubano considerado um dos mais importantes escritores da língua espanhola no século XX, que não foi concretizada por não se encontrar uma forma de fazer efetivo o pagamento.
- Em novembro de 2006, foi recebido o pedido de compra de direitos para traduzir alguns contos de Virgilio Piñera, considerado o maior autor teatral cubano do século XX, na revista literária dos Estados Unidos Sentence: A Journal of Prose Poetic, a qual também não pôde ser concretizada pela mesma razão.

Em 2006 o bloqueio provocou uma diminuição de 75% das visitas de artistas, dealers, galeristas e colecionadores norte-americanos que visitavam Cuba anteriormente durante 6 ou 8 vezes ao ano, e nalguns casos mais. No que respeita aos artistas, foram notórios os obstáculos impostos à participação na Bienal de Havana de vários deles, inclusive não estadunidenses, mas residentes nesse país.

No ano passado um grupo de cineastas norte-americanos e italianos, interessados na filmagem em Cuba de um projeto dedicado ao escritor Ernest Hemingway, não

puderam levá-lo a cabo devido às proibições de viagem que impõe o bloqueio aos cidadãos ou residentes nos EUA.

Em 2007, o Departamento do Tesouro cancelou a licença de viagem à Fuqua School of Business da Universidade de Duke e denegou as solicitações de novas licenças à Wharton School da Universidade de Pennsylvania e à Escola de Negócios da Universidade de Columbia. Estas Universidades desenvolviam programas de troca acadêmica com a Ilha há vários anos.

Nas suas tentativas de isolar e aniquilar o processo revolucionário empreendido pelo povo cubano, o governo dos EUA converte em vítimas de sua criminosa política de bloqueio a cidadãos e entidades de terceiros países, em franca transgressão das leis desses Estados. Por exemplo, em maio de 2007, o Ministério da Educação da Nigéria informou a Embaixada cubana nesse país, que a remessa enviada em março de 2007 aos estudantes nigerianos que se encontravam em Cuba, no montante de 616 mil 281 dólares foi devolvida ao Banco Central de Nigéria, visto que o banco no Reino Unido através do qual foi feita a transferência, lhe comunicou que como conseqüência do bloqueio não podiam realizar essa operação cujo destino era Cuba.

O bloqueio contra Cuba e suas nefastas manifestações e conseqüências também afetam outros povos do mundo.

Uma amostra da afirmação anterior é o amplo rechaço que gerou o trato discriminatório à delegação oficial e empresarial cubana que participou em janeiro de 2007 na Feira Internacional de Turismo em Noruega, auspiciada pela OMT. Nessa oportunidade foi cancelado o alojamento da delegação cubana no Hotel Scandic Edderkoppen. É bom lembrar que esse hotel foi adquirido pela companhia estadunidense Hilton. A “Assembléia pela luta em favor dos direitos trabalhistas e profissionais”, integrada por mais de 500 representantes de sindicatos de toda a Noruega, adotou e enviou uma Carta Aberta de rechaço à arbitrária medida em 28 de janeiro de 2007. Os presidentes das centrais sindicais nacionais “LO” e de Oslo, emitiram duas declarações de condena à ação contra a delegação cubana. O Sindicato de Empregados Públicos instou os cidadãos noruegueses a não se hospedarem nos hotéis Scandic, entre outras ações de recusa.

5.1 Oposição ao bloqueio nos Estados Unidos.

Apesar de sua política agressiva e punitiva o governo dos Estados Unidos não tem podido deter o impulso daqueles que estão cientes, seja por razões morais, éticas, religiosas ou inclusive econômicas, da necessidade de uma mudança da criminosa política que aplicam as autoridades desse país contra Cuba por quase 50 anos. Entre as ações realizadas nos EUA que desafiam o bloqueio poderiam mencionar-se as seguintes:

- Durante o segundo semestre de 2006, apresentaram-se quatro iniciativas na Câmara de Representantes que visam emendar projetos de lei que têm como

objetivo a proibição do uso dos fundos que permitem aplicar o bloqueio em sua totalidade ou com relação a algumas de suas regulamentações.

- No Comitê de Verbas do Senado foi aprovada uma emenda do senador Byron Dorgan (D-ND), ao projeto de lei HR 5384 “Lei de Verbas para a Agricultura para o ano 2007”, que autoriza uma licença geral para as viagens ligadas às vendas de produtos agrícolas e de medicamentos a Cuba. No período já transcorrido de 2007, foram apresentados nove projetos de lei e um projeto de resolução no Congresso dos EUA, dirigidos a permitir as viagens dos EUA a Cuba, a proibir as transmissões radiais e televisionadas subversivas contra Cuba, a eliminar algumas restrições financeiras e comerciais impostas a Cuba, a flexibilizar a venda de produtos agrícolas, a permitir às companhias norte-americanas explorar e extrair hidrocarbonetos da Zona Econômica Exclusiva de Cuba no Golfo do México, bem como a suspensão do bloqueio.
- Em 13 de junho de 2006, a Coligação de Emergência em Defesa das Viagens Educacionais (ECDET), apresentou uma demanda contra o Departamento do Tesouro pelas restrições impostas às viagens com esse fim, enquanto as mesmas violam a liberdade acadêmica, mesmo como é definido pela Suprema Corte e estabelece a Constituição. A demanda exige a eliminação das restrições e o restabelecimento do acesso dos norte-americanos aos programas educacionais em Cuba.
- Em 14 de junho de 2006, o capítulo de Flórida da União Americana de Liberdades Civis (ACLU) apresentou uma demanda contra funcionários estaduais na Corte dos EUA para o Distrito Sul da Flórida, na qual é questionada a constitucionalidade da “Lei de Viagens a Estados Terroristas”, S.2434, promulgada pelo Governador Jeb Bush em 30 de maio. Com a lei promulgada pelo irmão do presidente estadunidense nega-se aos cidadãos norte-americanos ter acesso à informação sobre outros lugares do mundo.
- Em 10 de julho de 2006, o congressista José Serrano (D-NY) emitiu um comunicado de imprensa no qual expressou que as recomendações do segundo Relatório da Comissão criada pelo Presidente Bush para acelerar a “mudança de regime” em Cuba “seriam risórios a não ser pelo potencial sofrimento que poderiam causar”. Criticou o Anexo Secreto desse Relatório e salientou que os planos de intervenção norte-americana nos assuntos internos de Cuba não devem e não podem fazer parte de nenhum plano norte-americano responsável para as futuras relações com Cuba. Acrescentou que “em qualquer palco de transição devemos respeitar a soberania de Cuba e seu direito a determinar sua própria forma futura de governo” Acrescentou que “não temos um rol direto na transição. Nosso rol deve ser manter-nos fora de Cuba, tanto agora como no futuro”.
- Em 12 de julho de 2006 a organização de acadêmicos, intelectuais e artistas cubano-americanos ENCASA/US-CUBA emitiu um comunicado no qual “rejeita”

o segundo RELATÓRIO da mesma Comissão e o qualificou como “uma política imoral, desumana, e contraproducente”. Além disso, o documento destaca que o relatório é “negativo”, enquanto desafia a lei internacional e a opinião pública mundial, viola a liberdade dos cidadãos norte-americanos e não respeita a soberania do povo cubano.

- Em 26 de agosto de 2006, a Associação de Mulheres Cristãs em defesa da família cubana organizou um protesto contra a proibição de viagens a Cuba, que teve lugar nas redondezas do escritório em Miami do congressista anticubano Lincoln Diaz-Balart (R-FL).
- Em 20 de dezembro de 2006, o congressista James McGovern (D-MA) qualificou a atual política dos EUA como uma “reliquia da Guerra Fria” e expressou que é “estúpida, autodestrutiva e reflete um padrão duplo”.
- No período que se analisa, visitaram Cuba sete delegações do Congresso dos EUA, entre elas 17 congressistas e 14 delegações comerciais vindas de 11 estados. Durante a visita a Cuba do Governador de Nebraska, Sr. Dave Heineman, expressou seu apoio às iniciativas que promovam uma flexibilização das restrições norte-americanas ao comércio entre Cuba e EUA, bem como sua decisão de continuar comerciando com nosso país.
- Em 21 de março de 2007, o presidente do Comitê de Política Internacional da Conferência de Bispos Católicos nos Estados Unidos, Thomas Wenski, enviou uma carta ao representante Charles Rangel (D-NY), para apoiar o projeto de lei H.R.654 dirigido a permitir as viagens dos Estados Unidos a Cuba.

5.2 Incidência nos Organismos e Organizações Internacionais

- O bloqueio continua afetando não só a participação de Cuba nos Organismos multilaterais e Organizações Internacionais, também tem submetido estas instituições às conseqüências de sua política criminosa. Isso fica demonstrado em casos como os que se relacionam a seguir:
- Cuba tem vindo a fornecer a vacina **HerberBiovac HB** (Vacina recombinante contra a Hepatite B) à Unicef, cada vez que esta organização tem precisado da mesma para levar a cabo seu programa de imunização de meninos e meninas no mundo. Contudo, no segundo trimestre de 2006 o Departamento de Estado negou a renovação da licença de exportação que permitia a companhia norte-americana Temptimes vender a Vaccine Vial Monitors (VMM) ao nosso país. Esta companhia é a única no mundo capaz de produzir estes dispositivos com as exigências da UNICEF e da OMS. A referida medida provocou a interrupção do fornecimento desta necessária vacina à UNICEF. Embora se tenham realizado múltiplas gestões por diferentes vias para resolver esta situação, até o momento todas fracassaram.

- Em franca violação do estabelecido pela Organização Mundial do Comercio e pelo CODEX Alimentarius, apesar de que Cuba esta comercializando alimentos para o consumo humano procedentes dos Estados Unidos, as autoridades norte-americanas mantêm a proibição de intercâmbio de critérios regulamentares entre as autoridades sanitárias de ambos os países. Sendo Cuba um país membro do Codex Alimentarius desde 1981, o Governo estadunidense entorpeceu a participação da delegação cubana em sua 38ª Reunião do Comitê sobre Higiene dos Alimentos, realizada em dezembro de 2006 em Houston, EUA. Finalmente os especialistas cubanos não puderam participar, porque os vistos foram entregues depois de finalizado o evento. Nessa reunião deveria ser analisado o sistema de Lactoperoxidasa em leite e produtos láteos destinados à comercialização internacional, a qual utiliza um produto patenteado por Cuba.
- Mais outra amostra da desrespeitosa conduta do governo dos EUA em suas relações com os organismos internacionais, foi a decisão arbitrária das autoridades norte-americanas de impedir a participação de uma especialista cubana na Reunião de Chefes de Contratos de Investigação, CUB/12667 da FAO/OIEA, realizada em abril de 2007 na Universidade de Illinois, em Chicago, EUA.
- Em 2 de março de 2007 a companhia estadunidense Fuel Services comunicou a três especialistas cubanos que participariam no evento Microbiological Symposium, organizado pela Associação do Transporte Aéreo Internacional (IATA), que deviam se abster de participarem nesse evento, por pertencer a um país sancionado pelos EUA e por conseguinte, não poderiam compartilhar com eles a informação que seria oferecida no simpósio. Um dos especialistas que devia participar do evento é membro assessor da IATA.
- Em outubro de 2006, os serviços de mensageria aos EUA da companhia panamenha de aviação COPA, subsidiária da norte-americana Continental Airlines, foram interrompidos sem ser avisado com antecedência. Por isso, a oferta de vacinas enviadas desde Cuba pela empresa Heber Biotec S.A., com o objetivo de participar de uma licitação da OPS, não chegou a seu destino. Além da afetação monetária causada, a OPS viu-se privada de poder avaliar em condições de igualdade as diferentes ofertas de mercado internacional.
- Devido ao reforçamento das restrições às transações bancárias, diversos centros e faculdades universitárias viram limitada sua participação em eventos de organizações como a International Mathematical Union (IMU), e a American Library Association (ALA), ao não poder efetuar o pagamento de suas cotas às mesmas.
- Continuam os obstáculos e os impedimentos às transações financeiras desde Cuba para o pagamento de nossas cotas de membro nos organismos internacionais. Entre eles, esta a negativa do Banco UBS a aceitar a transação

realizada pelo Banco BICSA desde Havana, para o pagamento da contribuição de Cuba ao Global System of Trade Preferences (GSTP, Sistema GLOBAL de Preferências Comerciais) da UNCTAD correspondente a 2005, por um montante de 15 mil dólares. Este incidente foi notificado pela Missão de Cuba perante os Organismos Internacionais em Genebra à Secretaria do GSTP-UNCTAD.

- Em outubro de 2006 um banco norte-americano rejeitou uma transferência bancária destinada ao pagamento da cota de Cuba às Nações Unidas, relacionadas com várias reuniões realizadas no contexto das Convenções sobre certas armas convencionais, armas biológicas e minas terrestres antipessoal. Foi comunicado a não aceitação de pagamentos de fontes cubanas. Esta ação constitui uma grosseira transgressão à Convenção dos Privilégios e Imunidades das Nações Unidas e o descumprimento da obrigação do Governo dos EUA de não exercer nenhum tipo de interferência na atividade desta Organização, em sua condição de país anfitrião.

6. Conclusões

- O dano econômico direto causado ao povo cubano pela aplicação do bloqueio econômico, comercial e financeiro dos EUA contra Cuba, partindo de cálculos estimados, ultrapassou os 89 bilhões de dólares. Esta cifra não inclui os danos diretos ocasionados a objetivos econômicos e sociais do país pelas sabotagens e atos terroristas instados, organizados e financiados dos Estados Unidos. Também não inclui o valor dos produtos deixados de produzir ou os danos derivados das onerosas condições creditícias impostas a Cuba.
- O bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba sob a Administração do Presidente George W. Bush tem tido uma escalada sem precedentes nos quase 50 anos de agressões e de hostilidade com a Ilha, a partir da férrea aplicação das leis e das disposições desta criminosa política, em franca violação dos princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, e ignorando a reivindicação reiterada e quase unânime da comunidade internacional de que cesse esta política de genocídio.
- A aplicação do bloqueio não só tem causado grandes sofrimentos ao povo cubano, violando brutalmente seus direitos humanos fundamentais, também prejudica os interesses e os direitos do próprio povo norte-americano, dos cubanos residentes nos Estados Unidos, bem como os de cidadãos de terceiros países afetados pelo marcado incremento do efeito extraterritorial desta política.
- O recrudescimento da aplicação extraterritorial do bloqueio nos últimos anos desatou uma irracional perseguição das transações comerciais e financeiras cubanas, com represálias contra empresários e entidades bancárias e financeiras que estejam ligados a Cuba. O acosso permanente a comerciantes e as ameaças e sanções a investidores estrangeiros, refletem o desprezo das

autoridades dos Estados Unidos ao direito e aos atributos de soberania de outros países do mundo.

- O povo cubano não renunciará a sua soberania nem ao desfrute de seu direito à autodeterminação e continuará avançando, apesar do bloqueio, no aperfeiçoamento da sociedade justa e solidária que tem construindo durante 49 anos e que oferece sua ajuda desinteressada a outros povos do mundo, incluindo o dos Estados Unidos, como também não renunciará a seu desenvolvimento econômico, cujos avanços são palpáveis apesar dos efeitos adversos do bloqueio econômico, comercial e financeiro ao qual é submetido.
- Cuba acha que poderá contar mais uma vez com o apoio da comunidade internacional, em sua legítima reclamação de que acabe o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos.